



Informação nº 24/2019 – DIFIPE1

PROCESSO Nº 32.101/2016-e

INTERESSADO: Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF

ASSUNTO: Auditoria de Regularidade

EMENTA: Auditoria de Regularidade. PGA 2016. CLDF. Determinação(Decisão nº 1618/2018). Reiteração(Decisão nº 1057/2019).

Esclarecimentos ofertados. Parcialidade de atendimento. Nova reiteração.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de auditoria realizada na CLDF, no exercício de 2016, para examinar regularidade dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões da CLDF (Decisão nº 77/2007) e do cumprimento pela jurisdição das determinações de correções posteriores exaradas por ocasião da apreciação dos atos de aposentadoria e pensão.

2. Na última deliberação proferida nestes autos, o Tribunal decidiu, entre outras, reiterar à jurisdição adoção de providências para atendimento de diligência disposta anteriormente, consoante Decisão nº 1057/2019 ([F021E18C-e](#)), *verbis*:

“(…)

II – reiterar à Câmara Legislativa do Distrito Federal, para cumprimento, em 30 (trinta) dias, do disposto no item V da Decisão n.º 1.618/2018, excetuando da referida deliberação plenária os servidores/pensionistas amparados por decisão judicial, devendo o Tribunal ser cientificado das providências adotadas: a) adotar providências no sentido de revisar os apontamentos objeto do Quadro III do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e), procedendo, conforme o caso, à regularização pertinente, observando o direito de defesa dos interessados, dando conhecimento à Corte de Contas dos resultados alcançados; b) adotar, ainda, providências junto aos servidores inativos, pensionistas/beneficiários e servidores exonerados que tenham recebido valores resultantes da conversão em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade sem observância, na fixação da remuneração-base, do teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da CF, no sentido de se ressarcir a diferença paga a mais, observado o direito de defesa, nos moldes preconizados no item VII da Decisão TCDF n.º 3.520/2015; c) promover a imediata

Z:\Francisco\Instrução 2019\Proc32101_2016CumprDilig_RelatorioAuditora_CLDF.docx



revisão das RAIS enviadas ao Ministério do Trabalho e Previdência nos últimos cinco anos, procedendo, se for o caso, às retificações devidas; d) aperfeiçoar os controles internos afetos aos procedimentos a seguir identificados, uma vez que as falhas apontadas nos itens 2.2.1.1, 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e) denotam problemas de natureza sistêmica (não pontuais): d.1) a atualização financeira dos proventos e estipêndios sujeitos às regras de atualização pelo RGPS e dos estipêndios atualizados pela paridade, bem como reveja a situação atual dos servidores inativos e pensionistas sujeitos às regras em tela; d.2) elaboração da RAIS;”

3. Posteriormente, juntaram-se aos autos Mandados de Segurança, abaixo detalhados, que garantem aos servidores impetrantes a não devolução do valor a maior percebido do pagamento da licença-prêmio em pecúnia, por não ter sido comprovada a má-fé, matéria relacionada com o disposto no item “II.b” da referida Decisão nº 1057/2019.

i) 0715221-83.2018.8.07.0000(e-DOC [64F60FC6-c](#)) , impetrantes Maria dos Remédios Santos Albuquerque, Zinia de Alencar Araripe Pinheiro e Maristela Zorzo. Segurança Concedida e trânsito em julgado em 17/05/19, conforme visualizado no sítio do TJDF;

ii) 0714537-61.2018.8.07.0000(e-DOC [5F631FC7-c](#)), impetrantes Áurea Helena Orland e Adivaldo Gomes da Silva. Segurança Concedida, tramitando em sede de Embargos de Declaração, consoante disposto no sítio do TJDF.

4. Logo após, a CLDF ofertou o Ofício nº 158/2019 – CLDF([372654A6-c](#)) com os esclarecimentos para atender a determinação plenária.

Análise:

5. A seguir, correlacionaremos as determinações exaradas no item II da citada Decisão nº 1057/2019, com os esclarecimentos ofertados, para, então, examinarmos a regularidade da matéria.

“a) adotar providências no sentido de revisar os apontamentos objeto do Quadro III do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e), procedendo, conforme o caso, à regularização pertinente, observando o direito de defesa dos interessados, dando conhecimento à Corte de Contas dos resultados alcançados;”

Providências adotadas: Não foram ofertados esclarecimentos.



6. **Examinando**, nota-se que a ausência de esclarecimentos sobre os pontos apontados no Quadro III do Relatório de Auditoria Final(e-DOC A474214B-e) pode contribuir para a continuidade de falhas formais e prejuízos ao Erário.

7. De fato, destacando a situação do pagamento da pensionista Luzia Paniago de Miranda, Processo nº 14516/2015, beneficiária do instituidor Wagner Jorge de Miranda, constata-se a inclusão irregular da parcela “Décimos”, conforme explicitação discorrida no §37 do Relatório de Auditoria nº 8/2016 – Final, *verbis*:

“Em relação a Luzia Paniago de Miranda, Processo nº 14516/2015, beneficiária do instituidor Wagner Jorge de Miranda, verificou-se a inclusão da parcela “Décimos” em valor indevido. O servidor incorporou 3/10 da retribuição mensal e 1/10 da representação mensal do TC-CCA-6, deste Tribunal de Contas. De acordo com o Demonstrativo de Proventos do SIRAC, a citada incorporação monta o valor de R\$ 10.104,72. Ocorre que, de acordo com a Lei nº 4.356/2009, vigente na data do falecimento do servidor (12.08.2013), o valor correto deveria ser R\$ 3.796,86 (3/10 de 10.181,98 = 3.054,59 + 1/10 de R\$ 7.422,66 = 742,27). Percebe-se a incorporação indevida de R\$ 6.307,86 (10.104,72 – 3.796,86). Dessa forma, a base de cálculo para a fixação dos estipêndios pensionais deveria ser de R\$ 25.116,35 (R\$ 31.424,21 – R\$ 6.307,86), com a aplicação do redutor que deve incidir sobre a pensão (30% do que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS), a pensão passa a ser de R\$ 18.829,15. Aplicados os reajustes do RGPS, o valor atual devido à pensionista é de R\$ 22.774,85 e não de R\$ 28.115,63 (pagamento mensal a maior de R\$ 5.340,78), o que requer providências por parte da jurisdicionada. (e-doc E8B48ADB).”

8. Consta que a pensionista ingressou com Mandado de Segurança nº 0719359.93.2018.8.07.0000(vide peça 103), ainda em trâmite, no qual foi proferido acórdão dispensando a interessada do ressarcimento dos valores percebidos indevidamente a título de Décimos e conversão de licença-prêmio em pecúnia. **A correção do título de pensão**, conforme antes referido, no entanto, **não restou obstado pelo “mandamus”**.

9. Portanto, deve-se reiterar a determinação à CLDF, de revisar os apontamentos de que trata o Quadro III do Relatório de Auditoria(e-DOC A474214B-e), inclusive quanto à situação da pensionista noticiada anteriormente.

“b) adotar, ainda, providências junto aos servidores inativos, pensionistas/beneficiários e servidores exonerados que tenham recebido valores resultantes da conversão em pecúnia da licença-prêmio por

Z:\Francisco\Instrução 2019\Proc32101_2016CumprDilig_RelatorioAuditora_CLDF.docx



assiduidade sem observância, na fixação da remuneração-base, do teto remuneratório previsto no art. 37, inciso XI, da CF, no sentido de se ressarcir a diferença paga a mais, observado o direito de defesa, nos moldes preconizados no item VII da Decisão TCDF n.º 3.520/2015;”

Providências adotadas: A jurisdicionada alegou ter cumprido a determinação. Cobranças foram realizadas. Parte dos servidores devolveu, parte está parcelando seus débitos, e parte, discordante, está recorrendo judicial ou administrativamente, conforme quadro a seguir.

Nº	Mat.	Servidor	Ciência	Observação
1	10434	NOE STANLEY GONÇALVES	20/08/18(email)	Pago em set/18
2	11026	DONALVA CAIXETA MARINHO	Proc. 001-000561/2018	Pago em 3 Depósitos
3	11028	ZINIA FIGUEIREDO DE ALENCAR ARARIPE	Recurso Processo. 001-000825/2018	Ação TJDF: 0715221-83.2018.8.07.000
4	11168	MARISTELA ZORZO	Recurso Processo. 001-000825/2018	Ação TJDF: 0715221-83.2018.8.07.000
5	11172	MARIA DAS DORES GONÇALVES		Pago fopag 03/2018.001
6	11175	LUCIANA MENDES LACERDA	Recurso Processo. 001-000724/2018	Ação TJDF: 0700588-76.2019.8.07.0018
7	11176	MARIA CRISTINA CARVALHO MAGALHÃES	Recurso Processo. 001-000723/2018	Ação TJDF: 0703667-69.2019.08.07.0016
8	11222	WANDA CARLA VIAL MARCHIORO CUNHA	Recurso Processo. 001-000722/2018	Ação TJDF: 0703820-05.2019.8.07.0016
9	11245	CARMEN LUCIA SOARES DE AZEVEDO	Recurso Processo. 001-000816/2018	
10	11380	ADIVALDO GOMES DA SILVA	Recurso Processo. 001-000740/2018	Ação TJDF: 0714537-61.2018.8.07.0000



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
1ª DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fls.:
Proc.: 32.101/19

11	11449	GUSTAVO SOUTO MAIOR SALGADO	Recurso Processo. 001-000818/2018	Ação TJDFT: 0700551- 49.2019.8.07.0018
12	11653	ELIANA DE ARAÚJO	27/07/2018	Pago fopag 08/2018.001
13	11700	LUIZ CARLOS RAMOS PAIM	30/07/2018	Pago fopag 08/2018.001
14	11772	JULIO CESAR DE OLIVEIRA CARNEIRO	Recurso Processo. 001-000819/2018	Ação TJDFT: 0701254- 77.2019.8.07.018
15	11801	AUREA HELENA ORLANDI POETA	Recurso Processo. 001-000725/2018	Ação TJDFT: 0714537- 61.2018.8.07.0000
16	11867	MARISA PERRONE CAMPOS ROCHA	Recurso Processo. 001-000814/2018	Ação TJDFT: 0704819- 55.2019.8.07.0016
17	12033	SELMA MENDES MESQUITA	Recurso Processo. 001-000815/2018	Parcelado conforme art. 119, inciso 11, parágrafo 1º, da LC 840/11
18	12506	ARTHUR OSCAR GUIMARAES	Recurso Processo. 001-000817/2018	Ação TJDFT: 0700947- 26.2019.8.07.0018
19	12539	MARIA DOS REMEDIOS SANTOS ALBUQUERQUE	Recurso Processo. 001-000827/2018	Ação TJDFT: 0715221- 83.2018.8.07.000
20	13187	ANA MARIA VARELA CASCARDO	Recurso Processo. 001-000726/2018	Ação TJDFT: 0700497- 83.2019.8.07.0018
21	13513	MARIA INEZ DORCA DA SILVA	Recurso Processo. 001-000721/2018	
22	80053	LUZIA PANIAGO DE MIRANDA	Recurso Processo. 001-000649/2018	

10. As providências adotadas evidenciam ações judiciais com desfecho favorável aos servidores, a exemplo dos Mandados de Segurança nºs 0714537-61.2018.8.07.0000, 0715221-83.2018.8.07.0000 e 0719359.93.2018.8.07.0000, nesse caso, relativo à Luzia Paniago(peça nº 103, Décimos e Conversão de LPA), que foram juntados aos presentes autos. Porém, algumas medidas adotadas carecem de informações sobre o resultado, a exemplo do parcelamento realizado e algumas ações judiciais. Tendo em conta que os autos retornarão à jurisdicionada, pode-se requisitar as informações pertinentes.

Z:\Francisco\Instrução 2019\Proc32101_2016CumprDilig_RelatorioAuditora_CLDF.docx



“c) promover a imediata revisão das RAIS enviadas ao Ministério do Trabalho e Previdência nos últimos cinco anos, procedendo, se for o caso, às retificações devidas;”

Providências adotadas: O órgão alegou que a elaboração da RAIS está em andamento, carecendo que a empresa OSM Consultoria Ltda elabore uma rotina para que o Menthor grave as novas informações no *layout* da RAIS da época.

11. **Analisando**, nota-se que as providências foram adotadas e configuram-se satisfatórias, nada obstando a verificação do assunto em futura auditoria.

“d) aperfeiçoar os controles internos afetos aos procedimentos a seguir identificados, uma vez que as falhas apontadas nos itens 2.2.1.1, 2.3.1.4 do Relatório de Auditoria (e-DOC A474214B-e) denotam problemas de natureza sistêmica (não pontuais):

d.1) a atualização financeira dos proventos e estipêndios sujeitos às regras de atualização pelo RGPS e dos estipêndios atualizados pela paridade, bem como reveja a situação atual dos servidores inativos e pensionistas sujeitos às regras em tela;

Providências adotadas: Alegou-se que a situação foi corrigida. Os pensionistas com valores a ressarcir ao Erário são os seguintes:

Pensionista	Processo Administrativo	Ação
DANILO MARQUES DE SOUSA ALMEIDA	Nº 001-000647/2018	Parcelado conforme art. 119, inciso II, parágrafo 1º, da LC 840/2011.
LUZIA PANIAGO DE MIRANDA	Nº 001-000649/2018	Parcelado conforme art. 119, inciso II, parágrafo 1º, da LC 840/2011.
ROBERTO RODRIGUES DA SILVA	Nº 001-000650/2018	Parcelado conforme art. 119, inciso II, parágrafo 1º, da LC 840/2011.
MARIA PEREIRA MARQUES DE SOUSA	Nº 001-000648/2018	Parcelado conforme art. 119, inciso II, parágrafo 1º, da LC 840/2011.

12. **Examinando**, constata-se satisfatórias as providências, em virtude da constituição de processos para apuração e ressarcimento ao Erário, observando nada obstar a verificação da matéria em futura auditoria.

Z:\Francisco\Instrucao 2019\Proc32101_2016CumprDilig_RelatorioAuditora_CLDF.docx



“d.2) elaboração da RAIS;”

Providências adotadas: Conforme justificativas dispostas na alínea “c” anterior, a empresa OSM, responsável pelo sistema Menthor, que processa o cadastro e a folha de pagamento da CLDF, está elaborando rotinas para adequação sistêmica.

13. **Analisando**, evidenciam-se medidas adequadas, sem prejuízo de verificação do assunto em futura auditoria.

Desse modo, somos por que o colendo Plenário:

I. tome conhecimento:

a) do Ofício nº 158/19 – CLDF(eDoc [372654A6-c](#)) ofertado em atenção ao item II da Decisão nº 1057/2019, considerando parcialmente atendida a diligência;

b) do desfecho dos Mandados de Segurança nºs 0715221-83.2018.8.07.0000, 0714537-61.2018.8.07.0000 e 0719359.93.2018.8.07.0000, que deferiram acórdãos favoráveis a servidores e pensionista alcançados pela referida Decisão nº 1057/2019;

II. reitere à Câmara Legislativa do Distrito Federal, para cumprimento em 60(sessenta) dias, o disposto no item “II.a” da citada Decisão nº 1057/2019;

III. determine à CLDF que, no prazo de 60(sessenta) dias, esclareça os resultados auferidos quanto às providências explicitadas no Ofício nº 158/2019-GP, relativamente ao item “II.b” da multicitada Decisão nº 1057/2019;

IV. autorize:

a) a remessa à jurisdicionada de cópia da Instrução e da decisão que vier a ser proferida;

b) o retorno dos autos a esta Unidade Técnica, para as providências subsequentes.

À consideração superior.

Brasília-DF, 03 de julho de 2019.

Francisco Alves de Faria

Auditor de Controle Externo

282-8

Z:\Francisco\Instrucao 2019\Proc32101_2016CumprDilig_RelatorioAuditora_CLDF.docx